

Campinas, 3 de outubro de 2003

Sr. Diretor do Instituto

Sr. Chefe do Departamento de Matemática Aplicada

Sres. Membros do C. I.

Sres. Membros da Congregação do IMECC

Prezados colegas:

Graças ao esforço - ao longo de quase trinta anos - de inúmeros docentes e alunos e à contribuição significativa de dinheiro público, o Departamento de Matemática Aplicada desfruta hoje de uma qualificação dos seus docentes bastante diferenciada.

Seus quatro professores titulares são pesquisadores 1A do CNPq, situação compartilhada apenas pelo IMPA no Brasil. Vários outros professores também são classificados em nível alto por essa agência de pesquisa, muitos docentes estão engajados em projetos de pesquisa e desenvolvimento promissores e, finalmente, a partir deste ano todos os professores tem o título de doutor.

A produtividade da Pós-Graduação em Matemática Aplicada tem sido reconhecida com Nota 6 pela CAPES. Devido a esta qualificação existem bolsas institucionais desta instituição e do CNPq, verbas para participação em eventos e outras atividades na conta PROAP e financiamento para atividades mais institucionais na conta Apoio. Devido à nota na CAPES, todos os professores da Pós-Graduação estão automaticamente credenciados para orientação de doutorados, conforme deliberação recente do CNPq.

A contribuição de todos tem sido importante para esses logros. Entretanto, o subconjunto dos professores mais qualificados, que inclui mas não se esgota nos titulares, tem contribuído em maior intensidade, o que não deixa de ser lógico e esperável.

A maior parte das publicações em revistas indexadas, das citações na literatura especializada, dos projetos de pesquisa (temáticos da FAPESP, Pronex do CNPq, Petrobrás, etc) que ajudam a sustentar a infraestrutura do IMECC (computadores, impressoras, 'scanners', 'switchs') tem origem nas atividades de professores deste conjunto.

A maioria absoluta das bolsas de doutorado e mestrado obtidas da FAPESP foram solicitadas pelos professores mais qualificados, em proporções que viabilizaram e viabilizam a sobrevivência da Pós-Graduação sob circunstâncias em que a demanda por bolsas Capes-Cnpq no Brasil tem aumentado muito. No Departamento de Matemática Aplicada ainda nos podemos orgulhar de que nenhum estudante cursou a Pós-Graduação sem bolsa devido a que um pequeno

número de docentes investiu tempo e esforço pessoal em conseguir a maior quantidade possível de bolsas da Fapesp com projetos individuais.

A reputação de toda instituição acadêmica depende em grande medida da reputação dos seus docentes e pesquisadores mais qualificados. A comunidade externa (e sobretudo, a que financia) acredita que a influência destes sobre colegas e estudantes de pós-graduação é ampla e benéfica. Se supõe que departamentos que conservam esses professores fazem uso de sua experiência para aperfeiçoar seus critérios e estruturas.

Entretanto, nos últimos tempos o Departamento de Matemática Aplicada tem vivido um processo de paulatino afastamento dos professores mais qualificados de decisões acadêmicas importantes. Por exemplo: os representantes do departamento na Comissão de Avaliação Acadêmica do Instituto, comissão que assessorava à Congregação emitindo pareceres sobre os relatórios de atividades de todos os docentes, sobre concursos e contratações, foram indicados sem levar em conta a disponibilidade de nenhum dos professores titulares. Esta indicação foi depois referendada por uma Assembléia sem que o assunto sequer tivesse aparecido na pauta da mesma. Foi sempre tradição do Instituto, desde a criação da CAA, que seus membros fossem, na medida de suas disponibilidades, os mais qualificados dos respectivos departamentos. Provavelmente a maioria dos docentes do Departamento sequer estão cientes da relevância desta comissão que, entretanto, teve importante papel em diversas avaliações no passado recente.

Outro exemplo foi o processo de indicação de comissão externa para analisar a reclassificação para professor titular de um professor associado. Neste caso, a muito custo foi conseguido que a incumbência de indicar tal comissão fosse outorgada ao professor titular da área, junto com outro titular do instituto. Entretanto, a comissão indicada pelos titulares foi modificada pela Assembléia, sob a pressão de professores não-titulares, e a votação final acabou perdida pelo professor titular, por pouquíssimos votos dos poucos docentes que ainda permaneciam na reunião, a maioria dos quais desconhecia totalmente o curriculum das pessoas a favor ou contra as quais estava votando.

É preocupante ter concedido legitimidade a um processo de *votação por maioria simples dos membros presentes* para derrubar um ponto de vista emitido pelas pessoas mais capacitadas na área.

A prática de *revogação por maioria simples dos presentes* de decisões tomadas por comissões acadêmicas democraticamente escolhidas pelo próprio departamento, pode ser razoável para um clube, um sindicato ou uma reunião de consórcio. Para uma instituição acadêmica não é racional, nem eficiente, nem democrática.

Situações como esta tendem a afastar os professores mais titulados das atividades do departamento. Isto já tem começado a acontecer por decisão unilateral de alguns destes professores. Evidentemente, as carreiras científicas dos professores mais qualificados independe em grande medida da maior ou menor influência que estes possam exercer no departamento. Porém, para a comunidade externa (que inclui o resto da Universidade, as outras Universidades, as agências

financiadoras, etc) resulta pouco compreensível que decisões importantes sejam tomadas, não apenas a revelia dos seus professores mais titulados (o que seria, democraticamente, normal) mas também usando procedimentos de eficácia e correção duvidosas. Infelizmente, ainda que não quisessem, os professores mais qualificados seriam responsáveis pelas decisões do Departamento porque, em última análise, a comunidade externa as atribuiria a sua influência.

A perpetuação deste estado de coisas leva à alienação real ou virtual dos professores mais qualificados do resto do Departamentdo. É óbvio que ninguém tem nada a ganhar com essa separação. Por parte do departamento, a perda do aval dos seus professores mais qualificados afetaria decisivamente a credibilidade e o respeito do mesmo pela comunidade externa, assim como a chance de que suas decisões e pontos de vista fossem respeitados e acatados.

Acreditamos que existe um bom espaço para o exercício do bom senso e, nesse sentido, esta carta pretende ser construtiva. As estruturas democráticas se sustentam não apenas porque todos votam, mas também porque há regras razoáveis, sensatas e consensuais que não são suscetíveis de revogação por circunstanciais maiorias simples. Decisões de comissões acadêmicas não devem ser revogadas dessa maneira. O espaço para seu questionamento e eventual modificação deve existir, mas o direito de fazê-lo não pode descansar na vontade de um pequeno grupo de resistentes que agüentam ficar na reunião até o fim. Sem dúvida, existe um espaço consensual para que esse tipo de prática seja convenientemente inibida, o que certamente aperfeioará nossas estruturas democráticas.

Atenciosamente,

Professores Titulares do Departamento de Matemática Aplicada